



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09/02/2015**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 05**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>		
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>		
<b>Vereadores:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 09/02/2015**

**ATA Nº 05**

----- Aos nove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Senhor Vereador João dos Santos Alves, por motivos de ordem profissional. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 26 de janeiro de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

**1.1.1 - Dia de Carnaval - Tolerância de Ponto**

----- O Sr. Presidente comunicou ao restante Executivo que, embora a terça-feira de Carnaval não conste da lista de feriados obrigatórios estipulados por lei, existe em Portugal uma tradição consolidada de organização de festas neste período, pelo que, determina, ao abrigo do disposto na al. a), do nº 2 do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 14 de setembro, conceder Tolerância de Ponto, no próximo dia 17 de fevereiro. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



## **MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **1.1.2 - Assembleia Municipal**

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo, que a Assembleia Municipal irá realizar-se no dia 28 de fevereiro, pelas 9:00 horas. -----

#### **II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

##### **2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA**

##### **2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 05 de fevereiro de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.620.781,88 € (um milhão seiscentos e vinte mil setecentos e oitenta e um euros e oitenta e oito centavos); -----

----- De operações não orçamentais: 207.795,39 € (duzentos e sete mil setecentos e noventa e cinco euros e trinta e nove centavos), num total de 1.840.609,08 € (um milhão oitocentos e quarenta mil seiscentos e nove euros e oito centavos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

##### **2.1.2 - 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2015**

----- Foi presente a 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2015, em que constam os seguintes valores: -----

----- Na receita, de inscrições/reforços, o valor de 817.874,00 €; -----

----- Na despesa, de inscrições/reforços, o valor de 832.874,00 € e de diminuições/anulações 15.000,00 €. -----

----- Nas Grandes Opções do Plano, o reforço de 195.000,00 €. -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar estes dois documentos de gestão, deliberou por unanimidade aprová-los e submete-los à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### **2.1.3 - ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses**

##### **- Quota 2015**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um ofício da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, a informar que o valor da quota para o ano de 2014 não sofrerá qualquer alteração em relação ao valor estipulado para o ano de 2014 (4.218,00 €). -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

##### 2.2.1 - SECRETARIA

###### 2.2.1.1 - Cáritas Diocesana de Coimbra - Peditório Público

----- Foi presente uma comunicação da Cáritas Diocesana de Coimbra, a informar da realização do peditório público, integrado na Semana Nacional de Cáritas, entre os dias 05 e 08 de março, nas ruas do Concelho de Pampilhosa da Serra. Em anexo a competente autorização do Ministério da Administração Interna para todo o país. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

###### 2.2.1.2 - BADA - Bike Associação Desporto Aventura - Downhill me Pampilhosa da Serra 20 a 22 março 2015

----- Na sequência do pedido de isenção do pagamento de taxas formulado pela BADA - Bike Associação Desporto Aventura, com sede em Semide - Miranda do Corvo, relativamente à realização do "Downhill me Pampilhosa da Serra" de 20 a 23 de março do corrente ano, foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, do seguinte teor: -----

----- *"Face ao pretendido, nada obsta à emissão da licença. De acordo com as alíneas c) e f) do artº 8º do Regulamento Geral das Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, entende-se que poderão ser isentos do pagamento de todas as taxas respeitantes ao licenciamento. À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

##### 2.3.1 - Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere

- Pedido de apoio financeiro para aquisição de equipamento destinado ao funcionamento do Lar de Idosos do Carregal, Dornelas do Zêzere

----- Na sequência do pedido de apoio formulado pela Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, através de carta datada de 22/01/2015, com o registo de entrada nº397, foi presente a minuta de um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre a A.S.S.D.Z e o Município de Pampilhosa da Serra, que tem por objeto a atribuição de apoio financeiro no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros) à A.S.S.D.Z., destinado a compartilhar a aquisição de equipamento e mobiliário (nomeadamente ergonómico e geriátrico) a afetar ao funcionamento do Lar de Idosos do Carregal, sito na freguesia de Dornelas do Zêzere, no concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, e tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o Protocolo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

##### 3.1 - OBRAS PÚBLICAS

##### 3.1.1 - Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre EN 344 e Vale Pereiras

- Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----  
----- " Em 05/02/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001402, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 5.457,75 €, tendo atualmente o capital de 1.364,44 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 980154001402, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

04/07/2008 no montante de 5.457,75 €, tendo atualmente o capital de 1.364,44 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.2 – Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre Covanca e Porto da Balsa

- Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em 05/02/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001428, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 7.798,25 €, tendo atualmente o capital de 1.949,56 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 980154001428, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 7.798,25 €, tendo atualmente o capital de 1.949,56 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.3 – Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre Brejo de Baixo e o cruzamento com a estrada que liga Esteiro a Janeiro de Baixo

- Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em 05/02/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001485, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 3.195,00 €, tendo atualmente o capital de 798,75€. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 980154001485, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 3.195,00 €, tendo atualmente o capital de 798,75 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.4 – Receção definitiva e libertação de caução**

**- Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre Portela de Unhais e Machialinho - Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em 05/02/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001451, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 4.475,75 €, tendo atualmente o capital de 1.118,94 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº nº 980154001451, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 4.475,75 €, tendo atualmente o capital de 1.118,94 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.5 – Receção definitiva e libertação de caução**

**- Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre Pisão e Adurão**

**- Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----  
----- “ Em 05/02/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001477, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 3.232,20 €, tendo atualmente o capital de 808,05 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 980154001477, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 3.232,20 €, tendo atualmente o capital de 808,05 €. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.6 – Receção definitiva e libertação de caução**

**- Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre EN112 / Sobral / Covões**  
**Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----  
----- “ Em 05/02/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001444, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 4.752,25 €, tendo atualmente o capital de 1.188,06 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 980154001444, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 4.752,25 €, tendo atualmente o capital de 1.188,06 €. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 3.1.7 – Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 e Ereira
- Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----  
----- " Em 05/02/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001493, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 1.930,25 €, tendo atualmente o capital de 482,56 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 980154001493, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 1.930,25 €, tendo atualmente o capital de 482,56 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.8 – Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre Boiças e o cruzamento com a estrada de Fajão
- Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----  
----- " Em 05/02/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001469, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 4.176,50 €, tendo atualmente o capital de 1.044,13 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 980154001469, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

04/07/2008 no montante de 4.176,50 €, tendo atualmente o capital de 1.044,13 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.9 - Receção definitiva e libertação de caução**

- **Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre Relvinha e Foz do Ribeiro**

- **Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em 05/02/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001436, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 5.178,50 €, tendo atualmente o capital de 1.294,63 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 980154001436, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 5.178,50 €, tendo atualmente o capital de 1.294,63 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.10 - Receção definitiva e libertação de caução**

- **Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 / Sobral Magro / Lobatos / Lobatinhos**

- **Adjudicatário: Construções J.J.R & Filhos, S.A**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em 05/02/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154001410, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 9.218,35 €, tendo atualmente o capital de 2.304,59 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 980154001410, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A. em 04/07/2008 no montante de 9.218,35 €, tendo atualmente o capital de 2.304,59 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.11 – Receção definitiva e libertação de caução**

- **Empreitada: Execução de Terraplanagens Acessos à EB1/JI de Dornelas do Zêzere**

- **Adjudicatário: Argoconstrutora, Construção Civil, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Em 30/01/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi efetuada retenção de 12.368,75 aquando do pagamento do auto de medição nº 1. -----

----- Por deliberação em reunião de Câmara de 28/07/2014, foi homologado o auto de vistoria lavrado em 24/07/2014, ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, tendo sido reduzido o valor da citada garantia para o montante de 1.236,87 €, já que foram devolvidos 11.131,88 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia existente em dinheiro no montante de 1.236,87 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 3.1.12 – Reabilitação do Edifício da EB1 de Fajão \_ Liberação de caução - Adjudicatário: Mendes & Garcia , Ldª

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----  
----- “ Tendo em consideração o concurso por ajuste direto para execução da empreitada “Reabilitação do Edifício da EB1 de Fajão”, a firma Mendes & Garcia, Ldª, apresentou em 24/11/2014 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -  
----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria n dia 12 de dezembro de 2014 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Sr. Licínio Fernando Garcia Figueiredo. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 60% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----  
----- 1) Retenção de 3.363,90 € aquando do pagamento dos autos de medição nº 1 e nº 2; -----  
----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:  
----- a) Devolução do montante de 2.018,34 €, retido aquando do pagamento dos autos de medição nº 1 e nº 2. -----

----- À consideração superior.” -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.13 – Relatório de Vistoria - Estação de Transferência de Resíduos Sólidos de Pampilhosa da Serra

----- Dos Serviços Técnicos de Obras – Obras Públicas, foi presente o Relatório de Vistoria que a seguir se transcreve: -----

----- “ Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze foi realizada, pela comissão de vistorias constituída pelo Sr. Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, Luís Filipe Simões Batista, Técnico Superior e Pedro Tiago Sousa Santa,



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*Técnico Superior, vistoria à Estação de Transferência de Resíduos Sólidos de Pampilhosa da Serra, sita à Eira do Mendes, junto à EN 344, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra. -----*

*----- Da vistoria realizada e depois de analisada a totalidade do prédio, constatou-se que o mesmo foi executado de acordo com o projeto entrado no Município e registado sob o nº 4947 em 26/08/1999, tendo merecido aprovação, conforme documento anexo que aqui se dá por integralmente reproduzido.-----*

*----- O prédio destina-se à utilização prevista, ou seja a estação de transferência de resíduos sólidos.-----*

*----- Tendo em consideração o atrás descrito e o que foi verificado no local, entende a Comissão de Vistoria que estão reunidas as condições necessárias e suficientes para que o prédio seja utilizado para os fins a que se destina.-----*

*----- De salientar que a operação de resíduos deverá cumprir com as regras específicas aplicáveis.-----*

*----- Tendo em consideração o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 7º do Decreto Lei nº 26/2010 de 30 de março, as operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais estão isentas de controlo prévio, o que se verifica no presente caso.-----*

*----- Assim e tendo tais factos em consideração, julga-se bastante e suficiente a deliberação que recair sobre o presente relatório de vistoria para efeitos de utilização do prédio."-----*

*----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar.-----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----*

### 3.2 - OBRAS PARTICULARES

#### 3.2.1 - Vistoria a Edifício em mau estado em Vidual de Cima

- Processo de Vistorias Diversas nº 06/2014

- Proprietários: Herdeiros de Maria da Conceição Ferreira Marques Vicente, representados pela Cabeça de Casal da Herança, Maria Filomena Marques Vicente

*----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos - Obras Particulares, do seguinte teor:-----*

*----- " Os proprietários do imóvel em mau estado sito na localidade de Vidual de Cima, freguesia de Fajão - Vidual, concelho de Pampilhosa da Serra, foram notificados do teor do relatório final de vistoria em 29/04/2014, no qual lhe foram impostas obras de correção das anomalias verificadas.-----*

*----- Findo o prazo determinado para a execução dos trabalhos impostos em sede de vistoria, relativos à substituição das coberturas do edifício, com eventual substituição da estrutura, caibramento e ripado das mesmas, dependendo do seu estado de conservação, e substituição do rufo*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

entre coberturas, com isolamento da área abrangida e de zonas de remate, verificou-se que os proprietários não executaram os mesmos, tendo sido notificados em 16/10/2014, através do ofício nº 4579, para no prazo de dez dias úteis proceder à execução dos referidos trabalhos. -----

----- Decorrido que foi o prazo para a execução dos trabalhos impostos em sede de vistoria, acrescido dos dez dias acima referidos, sem que os proprietários tenham executado os mesmos, procedeu-se à solicitação de um orçamento junto de empreiteiro de obras para a sua execução, a que correspondeu o valor de 4.200,00 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme consta do orçamento anexo ao presente processo. -----

----- Em sede de audiência prévia, foram os proprietários notificados através do ofício nº 0058, datado de 06/01/2015, da intenção do Município para tomada de posse administrativa do imóvel para a execução coerciva das obras, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1 do artigo 91º do Decreto Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 26/2010, de 30/03, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), e do custo dos trabalhos a realizar. -----

----- De referir que durante o prazo de audiência prévia, os proprietários não se pronunciaram. -

----- Pelo exposto, decorrido que foi o prazo de audiência prévia e após conhecimento da não realização dos trabalhos impostos, de acordo com a informação prestada pelos serviços de fiscalização deste Município, após deslocação ao local, entende-se que deverá ser determinada a posse administrativa do imóvel e a execução coerciva das obras de substituição das coberturas, com eventual substituição da estrutura, caibramento e ripado das mesmas, dependendo do seu estado de conservação, e substituição do rufo entre coberturas, com isolamento da área abrangida e de zonas de remate, de acordo com o disposto no artº 107º do Decreto Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 26/2010 de 30/03, por força do nº 2 do artº 91º do referido diploma. -----

----- Mais se propõe que às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, de acordo com o orçamento apenso ao presente processo de vistorias diversas, cujo valor é de 4.200,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, seja aplicado o disposto no artº 108º do Decreto Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 26/2010, de 30/03. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos Serviços Técnicos de Obras. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

##### 4.1 - EDUCAÇÃO



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 4.1.1 - Estágio - prática simulada, para aluno do curso vocacional "Animação" - Ruben Marcos Gonçalves Simões

----- Foi presente uma comunicação do Agrupamento de Escolas de Arganil, a solicitar a colaboração do Município, no sentido de acolher um aluno, Ruben Marcos Gonçalves Simões, do curso vocacional "Animação", para realizar estágio (prática simulada) na Ludoteca da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, no período de 09 a 13 de fevereiro do corrente ano. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou designar orientadora do estágio, a Dr<sup>a</sup> Cristina Ventura, Chefe de Divisão Sociocultural e Educativa. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4.2 - AÇÃO SOCIAL

##### 4.2.1 - Peditório Público da Europacolon Portugal

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *"A Europacolon Portugal - Associação de Apoio à Luta Contra o Cancro Digestivo, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com sede na cidade do Porto. Os objetivos desta associação visam a promoção e a prevenção do cancro do intestino, difundindo o conhecimento da doença, os seus sintomas, a vantagem do diagnóstico precoce, as atitudes preventivas adequadas e promover o apoio aos pacientes, familiares e cuidadores, bem como o esclarecimento dos seus direitos.* -----

----- *Com o objetivo de dar a conhecer o seu trabalho, a Europacolon nos dias 27, 28 e 29 de março pretende realizar um peditório público para angariar fundos para as suas atividades e simultaneamente alertar a consciência da sociedade civil para a incidência e prevalência da doença.* -----

----- *A Europacolon escolheu o mês de março para a realização do peditório público, uma vez que é o mês Europeu da Luta Contra o Cancro Colo-Rectal.* -----

----- *A pedido da Europacolon, vimos por este meio solicitar a V.Ex<sup>a</sup> autorização para a seleção de voluntários para esta iniciativa.* -----

----- *À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade dar parecer favorável. -----


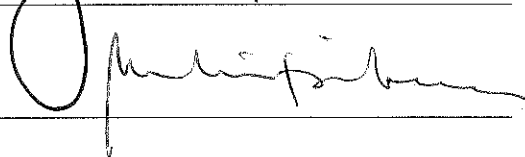
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_